

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2



Natalia Colombo
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2



Natalia Colombo
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Natalia Colombo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações 2 / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-454-2

DOI 10.22533/at.ed.542200810

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O segundo volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas concernentes á educação, processos históricos, tecnologias, capitalismo e suas rupturas, informação, globalização, interdisciplinaridade, relações jurídicas, rituais e especificidades culturais.

Abrimos o volume com capítulos relacionados á educação: abordando a escola como instituição social de maior relevância na formação de personalidade e convívio, desenvolvimento humano e sobre como o uso de fontes históricas, o processo de inclusão e exclusão socio espacial e acesso e uso de tecnologias interferem no processo de ensino e aprendizagem.

Na sequência reflexões sobre a vivência na formação de educadores, experiências poético-estéticas sobrepostas à ciência como base do conhecimento e a valorização dos saberes dos povos originários; abrem um debate sobre imposições formais e os benefícios na flexibilização da visão de uma única estrutura possível na construção do conhecimento.

Tais rupturas nos apresentam readequações nas leituras sobre o modo de vida na sociedade capitalista como a conhecemos e a adaptação iminente e necessária desse modelo pré-estabelecido.

Na sequência, o sujeito é apresentado como o centro do debate da crise da informação, globalização e instantaneidade; relações entre homem e máquina, inteligência artificial e novos discursos e visões de responsabilidade civil e jurídica.

Encerramos apresentando quatro capítulos que tratam de abordagens sobre as especificidades culturais nas relações humanas e debates sobre os papéis dos rituais na sociedade.

Natalia Colombo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| EDUCAÇÃO - UM DIREITO | |
| Adelcio Machado dos Santos | |
| Daniele Martins Leffe | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008101 | |
| CAPÍTULO 2 | 8 |
| DISTINÇÕES, RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO POR MEIO DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR | |
| Jocélia Barbosa Nogueira | |
| Maria Rita Santos da Silva | |
| Elenize Cristina Oliveira da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008102 | |
| CAPÍTULO 3 | 17 |
| DIÁLOGOS ENTRE HISTÓRIA E ARTE: DA SUBJETIVAÇÃO À SALA DE AULA | |
| Ana Julia e Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008103 | |
| CAPÍTULO 4 | 25 |
| ENSINO CARTOGRÁFICO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE PRESIDENTE PRUDENTE: DESAFIOS SOB A PERSPECTIVA DO PROFESSOR | |
| Paulo Roberto Alves de Araujo Junior | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008104 | |
| CAPÍTULO 5 | 39 |
| ARTE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (UFT - TOCANTINÓPOLIS) | |
| Anna Flávia Martins Duarte | |
| Kênia Gonçalves Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008105 | |
| CAPÍTULO 6 | 55 |
| O QUE MAIS CONTA NA ESCRITA, MÉTODO OU SENSIBILIDADE? RELAÇÕES DE PODER NA ESCRITA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E AS POSSIBILIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA PRODUÇÃO DOS NÃO-HISTORIADORES | |
| Manoel Adir Kischener | |
| Everton Marcos Batistela | |
| Airton Carlos Batistela | |
| Mariza Rotta | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008106 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 69 |
| A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER | |
| <p>Joseli Vaz Fabricio Guilherme Nunes de Freitas Juliana Rodrigues da Silva Karine Aparecida dos Santos Vaz Renato Salla Braghin Diogo Bertella Foschiera</p> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008107 | |
| CAPÍTULO 8 | 79 |
| ARA WATASARA: CARTOFILIA DO RIO SOLIMÕES | |
| <p>Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto</p> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008108 | |
| CAPÍTULO 9 | 92 |
| VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO DO CONTESTADO-PR | |
| <p>Eliandra Francielli Bini Jaskiw Luiz Fernando de Carli Lautert</p> | |
| DOI 10.22533/at.ed.5422008109 | |
| CAPÍTULO 10 | 102 |
| O CAPITAL ENCURRALADO | |
| <p>Atanásio Mykonios</p> | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081010 | |
| CAPÍTULO 11 | 117 |
| PRÊT-À-PORTER: UMA ESTÉTICA DA VIDA CONTEMPORÂNEA | |
| <p>Gabriel Liberato Duarte dos Reis Ailton Siqueira de Sousa Fonseca</p> | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081011 | |
| CAPÍTULO 12 | 128 |
| TRÊS INTENÇÕES, UM OLHAR: EXERCÍCIO DE COMPREENSÃO COLETIVA DE PROJETOS DE PESQUISA DE DOUTORADO | |
| <p>Larissa Silva Gonçalves Lúcia Maria Barbosa Lira Telma de Verçosa Roessing</p> | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081012 | |
| CAPÍTULO 13 | 141 |
| DISCURSO JURÍDICO E PRÁTICAS SOCIAIS | |
| <p>Heliud Luis Maia Moura</p> | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081013 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 14 | 155 |
| I.A.: CONSIDERAÇÕES JURÍDICAS E ASPECTOS ÉTICOS ACERCA DO ARTIFICIAL E NOVAS FORMAS DE INTELIGÊNCIA | |
| Mateus Catalani Pirani Daniel Stipanich Nostre | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081014 | |
| CAPÍTULO 15 | 167 |
| RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CRIMES ECONÔMICOS | |
| Maiara Motta Gabriel Moura Aguiar | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081015 | |
| CAPÍTULO 16 | 181 |
| RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA E O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | |
| Maiara Motta Kelly Cristina Canela | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081016 | |
| CAPÍTULO 17 | 195 |
| A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> EM <i>PASSAGEM PARA ARARAT</i> , DE MICHAEL ARLEN | |
| Dayse Oliveira Barbosa | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081017 | |
| CAPÍTULO 18 | 202 |
| RITUAL MÍSTICO-RELIGIOSO E TERAPIAS DE CURA NA CAVERNA SANTA TEREZINHA NA SERRA DO RONCADOR, COCALINHO - MATO GROSSO | |
| Nataly Aparecida Carvalho Neves Linhares | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081018 | |
| CAPÍTULO 19 | 211 |
| “ENTRE A CRUZ E A ESPADA”: A IMPORTÂNCIA DOS RITOS FÚNEBRES COMO PRÁTICA DE FÉ AINDA QUE DIANTE DE COIBIÇÃO HEGEMÔNICA | |
| Viviane Faria Lopes Emerson de Stefani | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081019 | |
| CAPÍTULO 20 | 226 |
| TROCAS AFETIVAS EM CONTEXTO DE INTERAÇÃO MÃE-BEBÊ | |
| Clarice Bieler | |
| DOI 10.22533/at.ed.54220081020 | |
| CAPÍTULO 21 | 236 |
| DESAFIOS NO CUIDAR DOS IDOSOS: CONTRIBUTO DA METODOLOGIA DE CUIDADO HUMANIDADE NA REDUÇÃO DA ANSIEDADE DOS CUIDADORES | |
| Liliana Vanessa Lúcio Henriques | |

Rosa Cândida Carvalho Pereira de Melo
Mónica Paula Lopes de Oliveira Pereira
Andreia Henriques
Maria Amélia Nabais Martins
Rafael Efraim Dias Geraldês Alves

DOI 10.22533/at.ed.54220081021

| | |
|----------------------------------|------------|
| SOBRE A ORGANIZADORA..... | 248 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 249 |

CAPÍTULO 13

DISCURSO JURÍDICO E PRÁTICAS SOCIAIS

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 24/06/2020

Heliud Luis Maia Moura

Universidade Federal do Oeste do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Curso de
Letras
Santarém – Pará

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.
menu?f_cod=E7028D6615
D5125E622ABFD33F89BDC8](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=E7028D6615D5125E622ABFD33F89BDC8)

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar elementos caracterizadores do discurso jurídico na sua relação com práticas sociais relativas aos direitos do menor. Para as análises, tomo como referencial teórico as postulações de Fairclough (1992, 2001), Bittar (2001), Swales (1993), Bhatia (1994), para os quais o discurso jurídico, no âmbito da Petição Inicial, especificamente estudada nos gêneros Ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos, Ação de Alimentos, Ação de Guarda e Ação de Adoção, constitui um evento sociorretórico dinâmico e cíclico, coadunado com as práticas inerentes aos direitos da criança e do adolescente, o que referenda o fato de que as atividades jurídico-textuais são autônomas e deliberativas, capazes de construir injunções próprias, influenciando os outros discursos que as circundam.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jurídico; linguagem; práticas sociais.

LEGAL SPEECH AND SOCIAL PRACTICES

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze characteristic features of legal discourse in its relationship with social practices relating to the rights of minors. For the analysis, I take as a theoretical reference the postulations of Fairclough (1992, 2001), Bittar (2001), Swales (1993), Bhatia (1994), for which the legal discourse within the Initial Petitions, specifically studied in the genres of Paternity Investigation Action & Provisions Action, Provisions Action, Child Custody Action and Child Adoption Action, is a dynamic and cyclical sociorhetorical event, connected with the practices inherent rights of children and teenagers, which reinforces the fact that the juridical-textual activities are autonomous and deliberative, able to build their own injunctions, influencing other discourses that surround them.

KEYWORDS: juridical discourse; language; social practices.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Bittar (2001), a textualidade jurídica constitui uma manifestação semiótica. Isso é dito no sentido de esclarecer que podemos falar de uma linguagem jurídica de modo especial. Isto não implica pensar que essa linguagem se separe dos processos comuns de produção de significado. Para se manifestar, essa linguagem vale-se dos elementos de uma linguagem verbal, assim como dos elementos

de linguagens não-verbais. Nesse âmbito, a linguagem verbal representa, de acordo com Bittar (2001), “a maior base de manifestação jurídica, sobretudo grafando-se por meio da escrita”. (BITTAR, 2001, p. 167). O autor chama a atenção para o fato de que o campo das práticas jurídico-textuais constitui um universo de discurso que se apresenta como autônomo, sendo capaz de construir suas injunções específicas e de influenciar os demais universos de discurso que o circundam. Enquanto prática de linguagem, o discurso jurídico exerce uma função essencialmente reguladora sobre outros discursos, ao mesmo tempo que se deixa nortear por uma multiplicidade de práticas. As análises realizadas centram-se em quarenta petições, a partir das quais procedo a incursões mais gerais acerca da constituição do discurso jurídico, mais precisamente no gênero petição inicial. Para isso, tomo como fundamento as teorias de Swales (1993), Bhatia (1994), Fairclough (1992) e Bittar (2001), com vistas a analisar elementos de caráter discursivo e genérico, de forma a discutir estruturas comunicacionais inerentes ao discurso em questão.

2 | UNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 O Discurso Jurídico

De acordo com Bittar (2001), o discurso jurídico pode ser compreendido como um sistema de práticas diretamente imbricado na prática social, ou seja, nos outros discursos que permeiam essa prática, nutrindo-se das estruturas sociais preexistentes para se estabelecer, para se constituir, sem perder, no entanto, suas características centrais, seu próprio feitio, frutos do processo histórico a que foi submetido, mas em cuja base está também a sociedade. Por outro ângulo, só é possível conceber as várias facetas do discurso jurídico e suas implicações se observamos todo um conjunto de crenças, valores, comportamentos, posicionamentos e manifestações ocorrentes no seio da sociedade. Em outras palavras, segundo as formulações de Fairclough (2001), se observarmos as formações ideológicas e as relações de poder intrínsecas e manifestas nas várias sociedades.

Assim, dada a importância da concepção de discurso jurídico para este trabalho, apresento a seguinte formulação de Bittar:

O discurso jurídico não é um discurso descontextualizado, mas sim um discurso que se produz no seio da vida social. [...] O aspecto macrossemiótico de que reveste a problemática permite a inserção da discursividade jurídica em meio a um conjunto de sistemas em verdadeira dinâmica de fluxos e refluxos recíprocos, intromissões e extromissões, o chamado inferno dos intercâmbios sógnicos; a participação do discurso jurídico no conjunto das relações sociais dota-lhe dessa especial característica que é a constante mutação. Ao contrário do que se pensa quando se refere a normas, a leis, a códigos, não é a imutabilidade a característica do sistema jurídico, mas sua transformação dialética, movimento que vivifica sua estrutura em permanente contato com os demais sistemas sociais. (BITTAR, 2001, p. 169-170)

O posicionamento de Bittar nos faz constatar a ambivalência existente entre o discurso jurídico e os outros discursos, numa espécie de realimentação recíproca, o que retira o discurso, em questão, da concepção de sua estaticidade ou mera normatividade. Ressalto ainda o fato de que o discurso jurídico, em razão de ser heterogêneo, comporta variadas nuances ou aspectos, sendo possível afirmar que compreende outros discursos, conforme aponte na seção anterior. Tal característica se deve à existência de diferentes práticas sociais historicamente construídas, as quais determinam a constituição desses discursos; ao mesmo tempo que estes constituem, de modo particular, uma dada prática. Assim, não é possível falar em discurso jurídico sem nos reportarmos ao discurso legal e, a partir dessa interseção, ao discurso cível, ao discurso jurídico-burocrático, ao discurso jurídico normativo, etc. Cada um desses discursos está ligado a uma “atividade socialmente ratificada”. (FAIRCLOUGH, 1995).

O discurso jurídico congrega uma série de aspectos internos diferenciados; isto o torna caracteristicamente eclético. Cada um desses aspectos constitui e representa determinado tipo de prática social. No entanto, mesmo constatando-se essas diferenciações, Bittar (2001) propõe uma certa uniformização do discurso jurídico, ao dizer que este contém alguns traços elementares em sua formação, o que torna diferente de outras práticas de linguagem. Assim, nessa perspectiva, considera:

se se puder resumir o enquadramento do discurso jurídico [...] de modo a se obterem alguns traços elementares de sua formação diferenciada em meio a outras práticas sociais de linguagem, deve-se dizer que: 1) é linguagem técnica, 2) constrói-se a partir de experiências de vida ordinária, 3) ocorre intraculturalmente, 4) possui ideologia, 5) exerce poder, 6) seu caráter é, normalmente, performativo, e sua apresentação se faz, fundamentalmente, por meio de pressupostos lógico-deônticos. (BITTAR, 2001, p. 178)

No que se refere à linguagem técnica, Bittar afirma que o perfeccionamento do discurso jurídico a partir da língua natural levou ao condicionamento e à especialização de sua linguagem em relação àquela. Desse modo, a linguagem comum converteu-se em linguagem técnica. O autor referido nos informa que alguns autores “pugnam” pela abolição de termos e expressões técnicas, advogando pela laicização da linguagem jurídica. No entanto, reitera Bittar, esse tecnicismo, essa constante especialização ou até mesmo cientificização da linguagem jurídica, não evita que esses termos técnicos estejam fadados à ambiguidade ou mesmo que termos advindos de outras áreas do saber entrem no seu campo; isto ocorre, de acordo com o autor, para a inserção de problemas originários dessas áreas de conhecimento.

Para Bittar (2001), a não utilização de uma linguagem técnica não descaracteriza ou anula a existência do discurso jurídico. Para esse autor, de um modo geral, na circulação de textos jurídicos tem-se a “intervenção” de elementos jurídicos, ou seja, não profanos; tal fenômeno pressupõe conhecimento técnico e habilidade de manipulação de uma linguagem

mais estrita, direcionada, específica. Assim, nessa situação, verifica-se a formação de discursos jurídicos “recheados” de palavras e expressões jurídicas. Por outro lado, quando se tem a intervenção de pessoas não conhecedoras das praxes vocabulares da linguagem jurídica, constroem-se discursos destituídos de termos técnicos; isto não descaracteriza a construção desses discursos como jurídicos, já que sua função é de produzir efeitos jurídicos. Daí, segundo Bittar (2001), poder-se dissociar as ideias de vocabulário jurídico e de discurso jurídico, pois o vocabulário não detém a propriedade exclusiva de determinar a qualidade do discurso, do mesmo modo como o discurso também não determina, de forma exclusiva, o emprego vocabular.

O segundo e terceiro pontos colocados por Bittar, em sua citação, também contribuem para uma caracterização geral do discurso jurídico: o fato de que ocorre intraculturalmente e de que se desenvolve no bojo das experiências da vida comum. Portanto, de acordo com as afirmações do citado autor, uma estrutura discursiva como construída nos limites de uma teoria visa a compreensão da totalidade do discurso, o qual se constitui como instrumento de comunicação, como instância de poder e dominação, como instituição de natureza social, como expressão de valores culturais e, sobretudo, como modo de ação social. Logo, em face desse pressuposto, concebe-se o discurso jurídico como permeado de todo um conjunto de fatores culturais, dos quais é parte intrínseca e dos quais não pode se dissociar, se autonomizar por completo, tendo sentido somente a partir desses elementos. Assim, a juridicidade se produz a partir da e na cultura na qual foi engendrada e que passa, conseqüentemente, a representar, a significar. Nessa perspectiva, o discurso jurídico e os vários discursos que se lhe afiliam veiculam as experiências da vida comum, reatualizam o *modus vivendi* de uma dada comunidade, de um dado povo, de modo a reforçar ou representar as várias contradições existentes numa cultura. Daí ser o discurso jurídico eminentemente consuetudinário, ou seja, construído a partir de práticas sociais comuns, de forma a se enquadrar concretamente nas várias modalidades dessas práticas.

O quarto ponto colocado por Bittar referente à caracterização geral do discurso jurídico diz respeito ao fato de ser este “investido de ideologias” (FAIRCLOUGH, 1992, p.8). Nesse aspecto, afirma Bittar (2001, p.181), “nenhum discurso está isento de ideologia, o sentido de que sempre pressupõe atitudes e escolhas por parte daquele que o constrói, que o formula”. Para o autor citado, tal pressuposto torna-se mais evidente se pensarmos que os discursos jurídicos, como o normativo, o decisório, o burocrático, o científico, etc. normalmente refletem o poder de instituições às quais estão ligados, o que se concretiza através de práticas discursivas próprias dessas instâncias (Legislativo, Cartório, Executivo, Judiciário, Academia, etc.). Desse modo, ao reiterar sua posição, o autor em questão esclarece que o discurso jurídico é ideológico porque implica decisões; também pelo fato de que essas decisões não podem excluir fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e históricos. Daí que, continua Bittar, a suposta “estrutura límpida e cristalina, desprovida de paixões, sobretudo inspirada em ideais racionalistas [...], não deixa de se apresentar como

movimento contínuo em dialética com os fatos sociais”.

Com fundamento nas proposições de Fairclough (2001, p. 117) o discurso jurídico constitui um conjunto muito amplo e profundo de “significações/construções da realidade [...] que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas”. Essas significações/construções da realidade constituem a ideologia e implicam exercício de poder, o que vem a ser manifesto no discurso jurídico, estando tal poder embutido nas relações jurídicas em suas mais diferentes manifestações, esta é a quinta característica apontada por Bittar no que concerne ao discurso em questão.

Por fim, Bittar (2001) nos indica o sexto ponto caracterizador do discurso jurídico, qual diz respeito ao fato de que esse discurso é normalmente performativo, apresentando-se por meio de pressupostos lógico-deônticos, ou seja, tal discurso opera como instrumento de força e de dominação dentro das estruturas de comunicação social. Nesse sentido, como nos esclarece o autor, o discurso constitui uma ordem de signos que substitui a violência no sentido de edificação da “ordem social”, tendo como aliados o discurso racional e o monopólio da violência na acepção do controle da conduta humana em sociedade. Logo, no exercício de tal controle, o discurso jurídico “faz” coisas com palavras, executa ações, impõe práticas sociais e regula-as, de modo que seu dizer constitui um fazer (AUSTIN, 1962) e suas manifestações linguísticas são formas de construção das relações sociais.

2.2 A Função do Poder Judiciário e os Direitos do Menor

Ao se referir aos atributos do Poder Judiciário, De Plácido e Silva esclarece que: “no cumprimento de sua precípua missão, ao poder judiciário compete aplicar as leis, vigiar sua execução e reparar, fundado nelas, e em nome do Estado, as relações jurídicas, que se tenham violado”. (DE PLÁCIDO E SILVA, 2004 p. 1051). Como se pode observar, de acordo com o teórico citado, o Poder Judiciário é um órgão essencialmente regulador, aplicativo e controlador das relações jurídicas. Nessa perspectiva, qualquer violação ou descumprimento de algum direito previsto em lei, de cujo usufruto devam gozar pessoas ou instituições, compete ao Poder Judiciário intervir, devendo, para isso, ser acionado. As prerrogativas do Poder Judiciário não são estáticas e imanentes, mas estão correlacionadas com a própria dinâmica dos fatos sociais, nos quais as pessoas e instituições, reconhecendo-se como detentoras de direitos e deveres previstos nas leis, recorrem aos tribunais de diversas hierarquias para fazer valer tais benefícios e obrigações.

Para o exercício da tutela jurisdicional, o Poder Judiciário instituiu os órgãos jurisdicionais, sendo estes organizados por meio de uma ordem administrativa e de um regime legal de constituição. Segundo Palaia (2004), a jurisdição é dividida de acordo com a hierarquia dos órgãos jurisdicionais. Tal hierarquia pressupõe instâncias ou graus, ou seja, instância inferior e superior ou primeiro e segundo grau. A existência desses dois graus se dá em razão de possíveis erros cometidos pelo julgador; caso isso aconteça, a parte que se sentir insatisfeita ou prejudicada com a decisão, poderá recorrer a uma outra

instância.

Frente ao exposto, verifica-se ser a função primordial do Poder Judiciário exercer a jurisdição, a qual se manifesta através de uma de suas principais instâncias, que é a Justiça Estadual, encarregada de julgar e executar ações judiciais que envolvam o direito de família e as relativas aos direitos da criança e do adolescente. Nessa sua função precípua, o Poder Judiciário tem por atributo zelar pelos interesses dos cidadãos na medida em que estes estejam sendo afetados ou violados e que, neste trabalho, estão mais especificamente direcionadas para quatro tipos de ação a saber: Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos, Alimentos, Guarda e Adoção. Tais ações recobrem uma variedade de comunicações escritas, dentre as quais a Petição Inicial, de cujo instrumento se servem os advogados para referendar a execução dos direitos dos menores, o que vem a reafirmar, mais uma vez, as atribuições do Judiciário em relação às prerrogativas e deveres das pessoas no âmbito das diversas relações sociais.

Embora Swales (1993) e Bhatia (1994) não definam diretamente *Movimentos Retóricos*, podemos, a partir de suas observações, defini-los como categorias discursivas, constituídas de subcategorias (passos), através das quais o pesquisador ou qualquer outro profissional de um determinado ramo do conhecimento organiza e situa um evento comunicativo, valendo-se de um gênero específico para alcançar seus propósitos comunicativos dentro de uma comunidade discursiva.

2.3 Os Movimentos Retóricos Constituintes dos Quatro Gêneros Peticionais Pertencentes À Vara de Família

2.3.1 1º Movimento Retórico: Identificação das Partes e da Ação

Constitui o Primeiro Movimento Retórico e neste se verifica tanto a identificação das partes (pessoas) envolvidas diretamente no processo judicial quanto da ação. Nos gêneros Ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos e Ação de Alimentos, as partes identificadas são: *o menor*, que é instituído o autor das referidas ações, sendo representado, na maioria das vezes, pela mãe, cuja identificação encontra-se expressa neste movimento; *o pai* ou *suposto pai*, denominado, geralmente, nesse contexto retórico de *requerido* e contra o qual está sendo movida a ação. Por conseguinte, nos gêneros Ação de Guarda e Ação de Adoção, o requerente pode ser o pai, a mãe ou qualquer outra pessoa interessada em obter a guarda ou adoção do menor, que, por sua vez, está também identificado neste movimento. Tal Movimento, na parte inicial mais fixa, tem por finalidade introduzir a retórica do texto peticional, de modo a qualificar as partes através de nomes, prenomes, idade, estado civil, profissão, domicílio, assim como indicar o tipo de ação que está sendo implementada e a instituição a que pertence(m) o(s) advogado(s) representante(s) do requerente. Sendo que os advogados são apenas referidos, apontando-se, nesse contexto, para sua identificação, que vem expressa no fechamento (adendo) da

petição.

Este Movimento não se confunde com item ou parte, pois constitui uma estratégia discursiva através da qual o escritor do gênero contextualiza os participantes e a ação retórica, nomeando-os. Constitui um elemento vestibular da retórica, pois é a partir daí que os outros movimentos passam a se estabelecer. Enquanto Movimento, como o próprio nome já indica, não fica restrito ao preâmbulo do documento, mas se encontra, algumas vezes, presente noutros Movimentos; o que pode ser comprovado pela re-identificação das pessoas que já foram citadas ou pela re-qualificação da própria ação. Tal procedimento evidencia o cuidado do escritor em esclarecer quem são os indivíduos diretamente envolvidos na atividade sociorretórica, e como esta está expressa através dos gêneros.

Observe-se o exemplo:

X. menor impúbere, neste ato representado por sua genitora. Vivia Coração, brasileira, solteira, dona-de-casa, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Pitangueira, s/n, portadora do CIC nº XXX.X e RG nº XXX.X SSP/PA, vem ante V. Exa., por meio de seus procuradores firmatários, UT MANDATUM junto (doc. 01), com o devido acatamento, propor a presente

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS

Em face de Zelino Kaiser, brasileiro, casado, professor e músico, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Rosa, s/n, em virtude das razões de fato e de direito a seguir enumeradas:

O exemplo é representativo dos quatro gêneros em análise: Ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos, Ação de Alimentos, Guarda e Adoção, já que existe uma similaridade no que se refere à estrutura comunicativa destes, sendo que cada um dos quatro movimentos citados ocupa um lugar mais ou menos fixo dentro da retórica, além de estarem presentes noutros contextos. Assim, a forma do escritor do gênero organizar as informações dentro desse Movimento é semelhante nos quatro gêneros peticionais.

De acordo com as análises que realizei, pude observar que este Movimento é o mais tipicamente formatado e fixo, ocorrendo, quase sempre, da mesma maneira, com uma ciclicidade mínima, já que é o Movimento que menos se desloca do seu *ambiente característico*, conformando-se, em grande parte, com os modelos prescritos pelos manuais de prática forense.

2.3.2 Movimento Retórico: dos Fatos

A função deste 2º Movimento é reforçar ou ancorar o propósito comunicativo geral veiculado pela atividade retórica e colaborar para a consecução desta. Tais elementos factuais são dirigidos ao juízo competente e atuam como instrumentos de convencimento do que está sendo solicitado no 4º Movimento Retórico (Do Pedido), contribuindo também para embasar a retórica do Movimento do Direito, dando sustentação à ação que está

sendo pleiteada, considerando o objeto desta como encampando o direito do(a) pleiteante. O emprego de factualizações constitui um dos cerne da retórica expressa pelo gênero. Sem elas a autoridade judiciária não poderia avaliar a própria ação e decidir em favor (ou não) do(a) peticionário(a).

Observem-se os exemplos:

1 ... O autor nasceu em 06 de janeiro de 2000, conforme prova declaração do hospital (doc. 04), visto que o menor não é ainda registrado pois o requerido não aceita registrá-lo como se filho seu fosse, negando-se a reconhecer a PATERNIDADE alegando simplesmente que não é o pai da criança...

2 ... A petionária manteve um curto relacionamento amoroso com o requerido durante o ano de 1992, do qual resultou o nascimento do menor X, filho legítimo de ambos, conforme comprova a certidão de nascimento em anexo (doc. 02). Apesar disso, o requerido jamais prestara auxílio alimentício ao seu filho, salvo vagas promessas nesse sentido, fato este que obrigou a requerente a procurar o Núcleo de Prática Jurídica da UFPA, com o nobre objetivo de obter devido amparo legal de alimentos...

3 ... O menor começou a viver sob os cuidados da requerente a partir de 23 de março de 2002, perfazendo o período de 09 (nove) meses até então, pelo que possuem uma relação de afetividade favorável ao deferimento da guarda em comento (doc.05-V).

4 Vale frisar que a requerente é balconista, mãe de duas filhas adolescentes, companheira de Silvio Alves, possuindo ambos emprego fixos e renda mensal total no valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), conforme declarações em anexo (doc. 13 e 16).

5 ... Assim, a criança adotada está com os requerentes desde quando nasceu, sendo que estes já lhe dedicam todo o amor e carinho, além dos bens materiais que têm para lhe oferecer.

Os requerentes apresentam uma situação financeira estável, além de viverem em completa harmonia conjugal, podendo dar ao menor, assim como dão à filha biológica, uma excelente formação moral...

Os exemplos 2, 3, 4 e 5 pertencem respectivamente aos gêneros: Ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos, Ação de Alimentos, Ação de Guarda e Ação de Adoção. Como se pode observar, os excertos dos relatos fazem parte do tipo de atividade retórica que está sendo proposta, desse modo, todo um conjunto de relatos de um dado texto peticional é único para aquele tipo particular de atividade peticional. Por outro lado, a função dos relatos, dentro do 2º Movimento, é justificar a razão pela qual tal atividade está sendo desenvolvida no âmbito das solicitações presentes no Movimento do Pedido. Daí haver uma ligação intrínseca entre os relatos e os fins a que se propõe

a petição, não se podendo desvinculá-los das demais estratégias retóricas que lhe são concorrentes, havendo sempre uma espécie de cronologia no modo como o escritor do gênero organiza as informações próprias desses movimentos retóricos.

Segundo as análises que realizei, este movimento constitui o menos “preso” ou restrito aos modelos peticionais. É nele que o escritor do gênero se “coloca” mais enquanto produtor do seu próprio texto, pois em razão da singularidade de cada uma das ações dentro dos diversos processos existentes no âmbito jurídico, não se pode descrever um fato inerente a determinada ação retórica do mesmo modo que outro pertencente a uma ação distinta. Daí que cada advogado(a) relata determinados fatos utilizando o seu próprio estilo, sem extrapolar, é claro, o padrão retórico exigido pelo movimento. Assim, devido os fatos serem únicos, com poucas similaridades, o 2º Movimento Retórico adquire um caráter específico de mostrar fatos ou reconstitui-los, estando também sujeito a deslocar-se para outros movimentos, fora do ambiente característico que deve ocupar da retórica, possui, portanto, um caráter cíclico.

2.3.3 3º Movimento Retórico: do Direito

Este Movimento é amparado pelo Movimento dos Fatos e vai buscar na Lei os elementos que fundamentam e amparam os pedidos feitos ao juiz, tendo por instrumento não só a Lei, mas também a Jurisprudência e a Doutrina, sendo que estas não constituem por si mesmas o Direito, mas são recursos retóricos que visam, antes de tudo, garantir e legitimar o que está sendo pleiteado. Dessa forma, o modo pelo qual o escritor do gênero faz a interpelação à Lei é que constitui o cerne do movimento em análise, podendo isto ocorrer também com a Jurisprudência e com a Doutrina.

A partir desta perspectiva, é possível afirmar que as estratégias que o escritor do gênero usa para declarar ou explicitar que a alguém é devida uma determinada prerrogativa material ou moral, é que constituem a essência desse movimento, uma dessas formas é apontar para os dispositivos legais a fim de corroborar o direito a essa prerrogativa. Ao declinar a norma jurídica, o advogado indica implicitamente que há um direito do requerente a um determinado bem social que lhe é devido.

Observem-se os exemplos:

A investigação de paternidade tem por base o art. 363 do CCB c/c os arts. 20 do Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 227 da Constituição Federal.

O pedido de alimentos fundamenta-se na Lei 5.468, de 05.07.1968 que dispõe sobre alimentos, no art. 397 do Código Civil Brasileiro, no art. 244 do Código Penal e na Lei nº 8.069 de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe no art. 27 o reconhecimento do estado de filiação como um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.

A requerente tem o direito de pedir pensão alimentícia ao pai do seu filho

menor X, conforme lhe permite a Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos), c/c os artigos 852/854 do Código de Processo Civil, e ainda com o artigo 396 do Diploma Civil Brasileiro.

Por outro lado, tem o requerido a possibilidade econômica de prestar auxílio alimentício ao seu filho legitimamente registrado, conforme atesta os dados anteriormente relatados.

A Legislação e a Jurisprudência Pátrias têm se firmado no sentido de que a guarda do filho deve ficar com aquele que melhor atender às necessidades vitais do menor, atuando de acordo com os próprios interesses deste. Na realidade, isto quer dizer que, a guarda será atribuída àquele que tem condições sociais, psicológicas e financeiras de manter o rebento.

Afinal, a lei magna estabelece em seu art. 227:

“ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão...”.

... XI – Dessa forma, configurado está os requisitos para adoção do menor, pois é ela que, in casu, “surge como a medida que mais atende aos superiores interesses da menor”. (TJSP – AC 034.933-1-CE-Rel. Des. Carlos Ortiz – J.06.03.1997), desta forma esteve aos cuidados da Requerente, e que deve ser mantido. É líquido, por outro, inexistente qualquer desrespeito ao ordenamento jurídico, sendo até recomendável pela moral e pelo ECA, em seu art. 43, *in verbis*:

“Art. 43. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”.

Os exemplos 6, 7, 8 e 9 são excertos dos quatro gêneros em estudo, sendo que cada trecho transcrito é inerente ao tipo de ação pleiteada, contemplando um direito específico, ou seja, quando a ação é de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos, o direito aí explicitado tem estreita vinculação com a prerrogativa do autor a esse benefício social, cujo fundamento tem respaldo em leis específicas, que para ações dessa natureza tem-se, por exemplo, como uma das bases legais mais recorrentes o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Isto também é válido para os demais gêneros, nos quais, como já afirmado, o direito aí reivindicado está intimamente relacionado com uma prerrogativa social devidamente amparada pelas leis, cujo objetivo maior é garantir os direitos próprios do menor.

É válido esclarecer que o Movimento do Direito é eminentemente dinâmico e cíclico,

pois, interpenetra partes mais fixas de outros movimentos como o da Identificação das Partes e da Ação, o dos Fatos e do Pedido, sendo, às vezes, co-ocorrente com estes em determinadas porções do texto peticional.

Por outro âmbito, é importante reafirmar que esse movimento tem como uma de suas características centrais o fato de recorrer a trechos pertencentes a outros gêneros, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Jurisprudência, entre outros, cuja função é reforçar do ponto de vista legal o direito do autor ou requerente. Algumas vezes, esse intertexto é apenas referenciado, como é o caso dos exemplos 6 e 7, outras vezes é citado diretamente, como nos exemplos 8 e 9.

De acordo com as análises feitas, a Retórica do Direito não é um fato concreto que está sendo relatado, mas pode ser uma teorização acerca deste, com fundamentação tanto na lei quanto na teoria do direito, com o intuito de esclarecer “a natureza do direito pleiteado” (BORTOLAI, 2003, p. 25).

2.3.4 4º Movimento Retórico: Do Pedido

Neste Movimento, em sua porção final, tem-se uma espécie de conclusão da ação que foi implementada no 1º Movimento, com a identificação das partes e da própria ação, que ancorou-se nos Fatos (2º Movimento) e teve respaldo no Direito (3º Movimento), para finalmente desembocar no Pedido que está sendo efetivado, agora, diretamente à autoridade judiciária. O tipo de ação é que direciona os pedidos que estão sendo feitos. Nos quatro tipos de petição que analisei, os pedidos manifestam-se diferentes, pois cada uma dessas ações aponta um propósito comunicativo específico, e o modo como o escritor do gênero elabora o pedido tem uma implicação direta com o que melhor atende aos interesses do(a) peticionário(a).

Apresento, nas Tabelas a seguir, a interpenetração dos quatro Movimentos uns nos outros, que se verificou nos dois gêneros acima referidos.

| Entradas | I. Partes (%) | Fatos (%) | Direito (%) | Pedido (%) | Total (%) |
|-------------------|---------------|------------|-------------|-------------|-----------|
| Ident. das partes | - | 3 (25%) | 2 (16,66%) | 7 (58,34%) | 12 (100%) |
| Fatos | - | - | 11 (68,75%) | 5 (31,25%) | 16 (100%) |
| Direito | 11 (25,58%) | 5 (11,63%) | - | 27 (62,79%) | 43 (100%) |
| Pedido | 14 (53,85%) | 8 (30,77%) | 4 (5,3%) | - | 26 (100%) |

Múltiplas Inserções dos Movimentos Retóricos no Gênero Ação de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos

Fonte: Corpus peticional

| Entradas | I. Partes (%) | Fatos (%) | Direito (%) | Pedido (%) | Total (%) |
|-------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| Ident. das partes | - | 2 (18,19%) | 3 (27,27%) | 6 (54,54%) | 11 (100%) |
| Fatos | 2 (15,38%) | - | 8 (61,54%) | 3 (23,08%) | 13 (100%) |
| Direito | 5 (10,64%) | 11 (23,40%) | - | 31 (65,96%) | 47 (100%) |
| Pedido | 13 (52%) | 8 (32%) | 4 (16%) | - | 25 (100%) |

Múltiplas Inserções dos Movimentos Retóricos no Gênero Ação de Alimentos

Fonte: Corpus peticional

De acordo com as quantificações e porcentagens, verifica-se nos gêneros Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos e Ação de Alimentos, que o Movimento do Direito apresenta-se como o mais cíclico, tendo uma inserção significativa no Movimento do Pedido. No primeiro gênero, acima citado, o percentual dessas inserções é de 62,79% em relação ao total de inclusões nos demais movimentos, enquanto que no gênero Ação de Alimentos esse percentual está em torno de 65,96%.

Ainda nos gêneros já referidos, o Movimento do Pedido apresenta uma quantidade relevante de inserções no Movimento de Identificação das Partes em comparação com os outros movimentos, nos quais também se inseriu, porém em menor quantidade. Nas Ações de Investigação de Paternidade Cumulada com Alimentos o índice percentual dessas inclusões é de 53,85% e nas Ações de Alimentos, essa percentagem é de 52,0%.

Assim, com base nos dados exibidos nas tabelas, verifica-se que, nos gêneros em questão, os Movimentos do Direito e do Pedido apresentam-se como os que mais se inserem em outros movimentos, o que traz evidências da importância desses movimentos para o êxito da atividade retórica. É possível afirmar que, no caso do Movimento do Direito, sua inserção no Movimento do Pedido se dê em razão do fato de que as solicitações feitas ao juiz devam se ancorar numa prerrogativa legal a que faz jus o requerente. Daí que, ao fazer o pedido, o escritor do gênero aponta com grande frequência para um direito aí imbricado ou implícito; tal direito, na maioria das vezes, encontra-se manifesto no Movimento do Pedido através de citações às leis.

Analisando a “infiltração” do Movimento do Pedido no Movimento de Identificação das Partes, é provável que tal inclusão se dê pelo fato de que é oportuno e conveniente identificar, nesse ambiente retórico, não apenas as partes envolvidas, mas também definir previa e concomitantemente, através de um Pedido, qual o objeto da ação que está sendo impetrada. Tal procedimento discursivo confere maior objetividade àquilo que o produtor do gênero pretende alcançar na atividade peticional.

Nas tabelas abaixo estão demonstradas as quantificações e porcentagens das

inserções dos Movimentos Retóricos uns nos outros, que ocorrem nos gêneros Ação de Guarda e Ação de Adoção analisados neste trabalho.

| Entradas | I. Partes (%) | Fatos (%) | Direito (%) | Pedido (%) | Total (%) |
|-------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| Ident. das partes | - | 33 (68,75%) | 3 (6,25%) | 12 (25%) | 48 (100%) |
| Fatos | - | - | 38 (77,55%) | 11 (22,45%) | 49 (100%) |
| Direito | 12 (16,68%) | 22 (30,55%) | - | 38 (52,77%) | 72 (100%) |
| Pedido | 12 (63,16%) | 1 (5,26%) | 6 (31,58%) | - | 19 (100%) |

Múltiplas Inserções dos Movimentos Retóricos no Gênero Ação de Guarda de Menor

Fonte: Corpus peticional

| Entradas | I. Partes (%) | Fatos (%) | Direito (%) | Pedido (%) | Total (%) |
|-------------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-----------|
| Ident. das partes | - | 27 (54%) | 5 (10%) | 18 (36%) | 50 (100%) |
| Fatos | - | - | 22 (71%) | 9 (29%) | 31 (100%) |
| Direito | 21 (30,44%) | 22 (31,88%) | - | 26 (37,68%) | 69 (100%) |
| Pedido | 12 (57,14%) | 2 (9,52%) | 7 (33,34%) | - | 21 (100%) |

Múltiplas Inserções dos Movimentos Retóricos no Gênero Ação de Adoção

Fonte: Corpus peticional

No gênero Ação de Guarda, conforme se pode verificar na Tabela acima, o Movimento do Direito apresentou, como já afirmei anteriormente, um dinamismo/ciclicidade expressivos, com um percentual de 52,77% de inserções no Movimento do Pedido e 30,55% no Movimento dos Fatos; por sua vez, no gênero Ação de Adoção os percentuais de “infiltrações” do Movimento do Direito no Movimento do Pedido e no Dos Fatos, estão na ordem de 37,68% e 31,88% respectivamente, percentuais esses que ratificam a importância e significância do Movimento do Direito para a fundamentação e embasamento dos demais Movimentos dentro da Ação Peticional, por isso a presença ou quase onipresença desse movimento nos demais, ancorando-os e sustentando-os, com a finalidade de promover o êxito da Ação Judicial.

Ainda nesses mesmos gêneros, observa-se uma significativa inserção do Movimento de Identificação das Partes no Movimento dos Fatos, em relação aos outros Movimentos nos quais também se inseriu, apresentando uma percentagem de 68,75% nas Ações de

Guarda e 54,0% nas Ações de Adoção.

Como já afirmei no comentário dos exemplos relativos a essa inserção do Movimento de Identificação das Partes, é possível que tal fenômeno se deva à perspectiva do escritor do gênero de estabelecer um elo entre os fatos que são apresentados e os participantes destes, compreendendo, pois, a importância dos atos dessas pessoas para os fins a que a ação retórica se propõe. Daí o retorno à identificação das partes nos vários Movimentos, caracterizando uma estratégia discursiva voltada para a definição dos objetivos comunicativos dos gêneros em análise.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se inferir, portanto, que o fenômeno da inserção ou ciclicidade dos movimentos retóricos se dê em função da dinamicidade das atividades retóricas peticionais, as quais, embora possam estar vinculadas a modelos ou padrões pré-estabelecidos pela comunidade discursiva, não constituem simplesmente textos escritos estanques, mas são eventos comunicativos portadores de nuances específicas, devidamente coadunadas com as mais diferentes, múltiplas e heterogêneas atividades sociais, comportando um dinamismo e uma peculiaridade próprios de cada situação comunicativa.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962.

BHATIA, Vijak K. **Language and professional settings**. New York: Longman, 1994.

BITTAR, Eduardo. **Linguagem Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DE PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **The appropriacy of “appropriateness”**. In FAIRCLOUGH, Norman (Ed.). *Critical Language Awareness*. London: Logman, 1992.

_____. Linguistic and Intertextual Analysis whitin Discourse Analysis. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Critical and Descriptive goals in Discourse Analysis**. *Journal of Pragmatics*, 1995.

_____. Análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. Tradução Célia Maria Magalhães. In MAGALHÃES, Célia. **Reflexões sobre A Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdades de Letras – UFMG, 2001.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

PALAIA, Nelson. **Técnica da Petição Inicial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

SWALES, John M.. **Genre Analysis English in a Academic and Research Settings**. Cambridge: Cambridge Universit Press, 1993.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adequação 13, 41, 102, 104, 105, 108, 109, 111

Alienação 10, 11, 110, 123

Anteprojeto do Novo Código Penal 167, 174, 175

B

Bem Viver 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101

Bioética 181, 182, 191, 193, 194

C

Cartografia 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38

Ciência 4, 19, 24, 26, 27, 59, 60, 61, 72, 79, 97, 102, 103, 104, 110, 113, 133, 140, 155, 182, 213, 214, 217, 223, 225

Consumo 100, 103, 111, 117, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 171, 191, 248

Contemporaneidade 42, 117, 118, 126, 204

Crimes Econômicos 167, 168, 177, 180

Crise 6, 102, 103, 104, 105, 111, 114, 117, 118, 119, 124, 125, 126, 135

Cultura 1, 2, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 39, 41, 43, 45, 49, 52, 53, 54, 57, 79, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 135, 136, 139, 144, 150, 157, 195, 196, 212, 213, 221, 226, 228, 231, 232, 248

D

Desenvolvimento Emocional 226, 227, 231, 233

Desenvolvimento Humano 8, 10, 11, 12, 15, 128, 129, 136, 226, 227, 228

Didática da História 67

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 41, 48, 55, 58, 63, 84, 128, 129, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 212, 218, 223, 224, 225

Direito Digital 155

Discurso Jurídico 141, 142, 143, 144, 145

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 26, 27, 28, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 118, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 141, 150, 193, 210, 223, 245, 247

Espeleoterapia 202

Espeleoturismo 202, 209

Estados-Nacionais 102, 103, 105, 108, 111, 113, 114

Estágio 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 93, 126

Estética 19, 21, 23, 42, 79, 84, 117, 119, 120, 126

Ethos 126, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 224

Ética 52, 56, 68, 94, 97, 99, 126, 155, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 184, 186, 191, 192, 193, 194, 217

Evolução 72, 106, 107, 155, 156, 157, 158, 160, 163, 164, 168, 228

F

Fontes Imagéticas 17, 18, 20

Formação Docente 41, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 69, 70, 77, 78

G

Genocídio 195, 197, 198, 199

I

Inteligência Artificial 110, 155, 156, 158, 161, 162, 163, 164

Interdisciplinaridade 39, 44, 45, 46, 47, 53, 54, 128, 137

L

Legalidade 169, 174, 211, 217, 218, 222

Linguagem 9, 11, 12, 13, 14, 16, 25, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 47, 48, 55, 58, 101, 120, 121, 123, 125, 139, 141, 142, 143, 144, 154, 186, 188, 228, 232, 233

M

Marxismo 8, 11, 64, 139

Memórias 80, 82, 91, 135, 137, 163, 195, 215

N

Natureza 5, 6, 9, 11, 12, 21, 27, 28, 32, 42, 44, 45, 49, 64, 71, 72, 73, 79, 83, 93, 94, 95, 98, 100, 103, 105, 109, 110, 113, 121, 122, 131, 133, 144, 150, 151, 158, 162, 163, 173, 209, 212, 215, 216, 220

Normatização 55

P

Pesquisa 3, 6, 8, 10, 17, 26, 34, 36, 37, 46, 54, 55, 56, 64, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 179, 183, 202, 205, 210, 213, 222

Práticas Sociais 132, 134, 141, 143, 144, 145, 217

Privacidade 155, 156, 158, 159, 160, 161, 165, 239

Produção de valor 102, 104, 106, 115

Produção e recepção 55

R

Relações de Poder 55, 60, 108, 142

Religião 124, 187, 202, 204, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 220, 222

Representações 24, 30, 99, 131, 210, 214, 215, 231

Responsabilidade Civil Médica 181, 190

Responsabilidade Penal Da Pessoa Jurídica 167, 168, 171, 173, 174, 175, 176, 178, 180

Retórica 146, 147, 148, 149, 151, 152, 154, 195, 201

Ritos fúnebres 211, 213, 220

S

Sistema Financeiro 102, 103, 105, 108, 109, 113, 114, 175

Subjetividade 17, 21, 22, 23, 112, 117, 120, 123

T

Tecnologias 38, 39, 40, 47, 48, 49, 53, 54, 157, 160, 162, 164, 168, 248

Teoria Histórico-Cultural 8, 16

Trocas Afetivas 226, 228, 230, 231, 233

Turismo de saúde 202, 209

V

Viagem 79, 80, 81, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 118, 197, 199, 200

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 